

Educação Especial Superior: o exemplo da Universidade de Brasília

Juliana Cal Auad*
Maria Inês Gandolfo Conceição**

Resumo

A legislação brasileira avança a cada dia, permitindo a inserção gradativa do aluno com deficiência. Porém, ainda constata-se uma imensa dificuldade da sociedade para efetivar propostas de inclusão, o que gera a constante revisão das práticas inclusivas. Até recentemente, poucas pessoas com necessidades especiais (PNEs) tinham acesso à educação superior no Brasil, conseqüência direta do não-acesso desta população à educação básica e aos serviços de reabilitação. Na literatura constam apenas dois relatos de experiência institucional de inclusão universitária: o da Universidade de Brasília (UnB) e o da Universidade Estadual do Ceará. Neste artigo apresenta-se a experiência da UnB que funciona por meio da ação conjunta de nove Grupos de Trabalho com funções específicas: atendimento a candidatos ao PAS, vestibulares e concursos; socialização e política de integração; organização de banco de dados acerca dos PNEs na comunidade universitária; identificação e encaminhamento das necessidades de adaptação curricular; suporte acadêmico e tecnológico para os PNEs; co-gestão nos projetos do Programa; planejamento e execução de projetos urbanos; divulgação pelos meios de comunicação internos e externos; acessibilidade no *campus* e viabilização de transporte adaptado para PNEs; e o treinamento de funcionários na integração social do PNE.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Inclusão Universitária.

Special Superior Education: the example of Universidade de Brasília

Brazilian legislation has been improving consistently and the integration of handicap students is gradually occurring. Nevertheless, there is still an enormous difficult to the society to put in practice the proposals of inclusion, which generates the need of constant revision of their inclusive practices. Until recently, just a few amount of people with special necessities (PSN) had access to high school in Brazil, and this is a direct consequence of the lack of access to basic education and rehabilitation services for this population. There are two institutional experiences in the literature reporting inclusive high schooling: the University of

* Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB).

** Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Brasília (UnB) and the State University of Ceará. In this article we will focus on the experience of the UnB which works by a mutual action of nine Work Groups with specific functions: assistance to PAS candidates, selectivity and contexts, socialization and integration policies; organization of a data bank about the PSN of the university community; identification and conduction of adaptation curriculum necessities; academic and technological support for the PSN; cooperation in managing projects of the program; planning and executing urban projects; internal and external mass media diffusion; accessibility in the campus and providing adapted transport to PSN; and training employees in social integration of the PSN.

Keywords: Special Education. Inclusive Schooling. Inclusive High Schooling.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 já preconizava uma sociedade mais justa, em que valores fundamentais como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação eram resgatados. Ainda hoje, a questão da inclusão é uma temática emergente. Da escola ao mercado de trabalho, o tema tem sido cada vez mais abordado. Dados da Unicef (2003) assinalam a relevância do tema ao evidenciar que: ter deficiência aumenta em quase quatro vezes a possibilidade de um adolescente chegar aos 17 anos ainda analfabeto; 40% de todas as crianças e adolescentes que estão fora da escola são deficientes; crianças e adolescentes com deficiência, entre 14 e 17 anos, têm o dobro de chance de estar fora da escola; adolescentes que apresentam paralisia, falta ou amputação de algum membro, ou que apresentam deficiência mental, têm quatro vezes mais possibilidade de estar fora da escola; e que 11 milhões de pessoas com deficiência, com 15 anos ou mais, não têm nenhuma formação ou têm baixíssima escolaridade. Portanto, a deficiência é uma situação crítica de iniquidade a ser superada com uma educação que ensine a tolerância e o respeito à diversidade.

Leis têm sido promulgadas na tentativa de inserir as pessoas com deficiência nos diferentes contextos sociais. Desde 1965, quase 40 leis, inúmeros decretos, portarias e resoluções foram promulgadas na tentativa de facilitar o acesso dessas pessoas à sociedade. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394 (BRASIL, 2002), por exemplo, prevê a garantia de vagas na escola regular para pessoas com necessidades especiais desde a educação infantil, além de contemplar a compra de vagas pelos governos em escolas especiais, instituições privadas sem fins lucrativos, para os casos que necessitam de uma condição de ensino especializado. Outro exemplo é a Lei n. 8.213, que busca garantir à pessoa com deficiência um espaço no mercado de trabalho reservando um percentual de cotas proporcionalmente ao número de funcionários de uma empresa. Talvez o documento mais importante nesse sentido seja a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), por sua repercussão internacional e pelo estabelecimento de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A Declaração de Salamanca foi elaborada em 1994 pela Unesco, na ocasião de uma reunião com vistas à inclusão social de pessoas com deficiência e com a preocupação advinda da exclusão histórica dos deficientes. Essa exclusão é decorrente da atitude da sociedade, que inabilita o indivíduo ao focar os impedimentos dessas pessoas, ao invés de evidenciar seus potenciais.

Inclusão e participação são fundamentais para o exercício pleno dos direitos humanos. O que implica em uma educação desenvolvida a partir de estratégias de promoção de oportunidades iguais. A escola inclusiva deve desenvolver sua pedagogia centrada na criança e deve ser capaz de educar a todas, a fim de modificar atitudes discriminatórias, em busca de uma comunidade acolhedora e inclusiva, na qual haja aceitação das diferenças e reciprocidade no relacionamento. A integração de todos os alunos deve acontecer sob três formas: física, social e funcional.

O termo “necessidades educacionais especiais” abrange todas as pessoas que tenham necessidades especiais devido a alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem. A Declaração de Salamanca aponta a prática de desmarginalização de crianças com necessidades especiais como prioritária nos planos nacionais para o alcance da educação para todos, em que se deve investir em uma rede contínua de apoio. Essa rede baseia-se na ajuda que permeia o espaço da sala de aula e prevê programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro e fora da escola. Neste contexto, a universidade ocupa um papel importante na inclusão das pessoas com necessidades especiais, no desenvolvimento de pesquisa, na avaliação, na preparação de formadores de professores e no desenvolvimento de programas e materiais de treinamento.

Os jovens com necessidades especiais devem receber auxílio na transição da escola para o trabalho, com a preocupação de se tornarem economicamente ativos e dotados de habilidades necessárias ao cotidiano da vida. Especial atenção deve ser dada à educação de meninas, que se encontram em dupla desvantagem por fazerem parte de duas minorias: deficiente e mulher. Elas devem ter acesso à informação, orientação e modelos que as auxiliem a fazer escolhas realistas e as preparem para desempenhar seus futuros papéis de mulheres adultas.

A Declaração de Salamanca serve como guia no processo de inclusão, por destacar aspectos de marginalização e por traçar os passos em busca da inclusão com o apoio da comunidade e com a otimização de recursos disponíveis. As repercussões da declaração são enormes. No Brasil é facilmente percebida pela grande quantidade de leis que visam a inclusão promulgadas a partir de 1994, assim como a mudança de diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação (MEC). Mas talvez o mais importante da declaração seja entender o que é a inclusão e suas conseqüências.

Entendendo a inclusão e integração

A palavra inclusão remete a uma definição ampla, indicando uma inserção total e incondicional, enquanto integração visa à inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa. Portanto, a inclusão exige a transformação da escola para se adaptar às necessidades dos alunos, exigindo a ruptura com o modelo tradicional de ensino (BATISTA; ENUMO, 2004). Sasaki (1997) aponta que a integração é a inserção da pessoa com necessidades especiais que foi preparada para conviver na sociedade. A inclusão é a mudança *sine qua non* da sociedade, para que a pessoa com necessidades especiais possa se desenvolver e exercer a cidadania. A inclusão implica a equiparação de oportunidades, a interação mútua entre as pessoas com e sem deficiência e acesso pleno e irrestrito aos recursos da sociedade (MACIEL, 2000).

O desafio da inclusão está em compreender as necessidades especiais como mutáveis e na revisão do papel da escola, que dentro da sociedade deve se conscientizar de sua responsabilidade na educação de todos (KAFROUNI & PAN, 2001). Apesar de todo o esforço no sentido de possibilitar a inclusão dos deficientes, constata-se uma imensa dificuldade da sociedade para efetivar essas propostas, o que gera a constante revisão de suas práticas inclusivas. Práticas essas que chegam muitas vezes a ser excludentes e discriminatórias. Isso porque não basta entrar nas instituições para que inclusão ocorra, uma vez que os princípios da exclusão encontram-se imbuídos nas relações (QUINTÃO, 2005).

A inclusão na escola

A escola inclusiva implica nova postura, em que a dinâmica curricular favoreça a integração social e, a partir de uma nova postura do professor, coloque o aluno no centro das ações pedagógicas e co-responsáveis pelo coletivo (MIRANDA, 2006). A inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular lhes permite interagir espontaneamente em situações diferenciadas, enquanto adquirem conhecimento e se desenvolvem. Mas a inclusão não é facilmente resolvida a partir de uma resolução de cunho legal ou teórica, pois há variáveis relacionadas a processos grupais e reações de preconceito que podem influenciá-la, seja facilitando, seja dificultando sua integração. Na prática, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes (BATISTA; ENUMO, 2004). Isso ocorre porque a sociedade necessita passar por constantes revisões de suas práticas inclusivas, que às vezes se tornam excludentes e discriminatórias quando saem no papel e entram na prática.

Um estudo sociométrico desenvolvido por Batista e Enumo (2004) revelou que alunos com necessidades especiais são aceitos com menos frequência e são mais rejeitados do que seus companheiros de turma de classes regulares. Os resultados apontam que a rejeição está intimamente ligada à percepção que os alunos têm dos comportamentos das crianças com necessidades

especiais, considerados inadequados pelos colegas, como, por exemplo, não saber obedecer às regras de um jogo.

Entretanto, estudos apontam a importância da escolarização e profissionalização para o alcance da inclusão. Kafrouni e Pan (2001) destacam que uma das medidas mais urgentes para possibilitar a inclusão efetiva de pessoas com necessidades educativas especiais é a elaboração de um projeto de inclusão, a ser efetuado pelas escolas, em que as dificuldades possam ser abordadas. A capacitação de professores e equipes pedagógicas é essencial, pois a elaboração do projeto de inclusão requer preparo da equipe de professores e técnicos da escola. Entretanto, as equipes não sabem como implementar uma proposta de inclusão na rede regular de ensino (KAFROUNI; PAN, 2001). Uma das maiores dificuldades para a inclusão refere-se à formação de professores em níveis teóricos, práticos e pessoais, em que as áreas da saúde, trabalho e assistência social sejam integradas. É preciso edificar práticas que estimulem autonomia, criatividade e ampliação das competências dos alunos com necessidades especiais (MIRANDA, 2006; SILVEIRA; NEVES, 2006).

A questão não se restringe a incluir, mas como incluir. É necessário que seja adotada uma política educacional que promova mudanças curriculares, efetivando a participação dos pais no processo de inclusão, instrumentalizando as escolas, capacitando e apoiando os profissionais que lidam com essas crianças, que devem desenvolver competências sociais e cognitivas úteis para sua vida. Habilidades que, se não aprendidas a tempo, podem acarretar desajustes sociais, reafirmando a condição de deficiente. É preciso intervir junto aos alunos com necessidades especiais, mas também junto aos colegas a fim de assegurar a inclusão. A aceitação e o desenvolvimento das interações sociais contribuem na criação de um ambiente inclusivo, e assim, em uma prática educacional inclusiva, em que haja interação e aceitação social de todos os estudantes (BATISTA; ENUMO, 2004).

Apesar da importância da inclusão escolar, é preciso refletir se ela deve ser feita a qualquer custo, como no caso de crianças com acentuada deformidade física, que pode levar à baixa auto-estima e à necessidade de intervenção psicológica. As peculiaridades de cada deficiência e a importância da reabilitação apontam para a necessidade de a escola se preparar para receber os alunos com necessidades especiais. É preciso promover a acessibilidade, com a remoção de barreiras arquitetônicas, adaptação do mobiliário, produção de material didático adequado à necessidade do aluno. Além disso, todos os alunos devem participar juntos das atividades oferecidas pela escola, em que o desempenho de tarefas e papéis deve ser adaptado para os alunos com necessidades especiais de acordo com suas possibilidades (BRASIL, 2006).

A inclusão na universidade

Os Estados Unidos é um país que pode ser considerado pioneiro na inclusão das pessoas com necessidades especiais na universidade. Desde a

criação da *Rehabilitation Act*, em 1973, os *campi* das universidades começaram a desenvolver políticas inclusivas para estudantes com necessidades especiais, contemplando, a princípio, aqueles com deficiência física. Na década de 1980, começaram a desenvolver ações para atender às dificuldades de aprendizagem. Durante a década de 1990, a *Americans with Disabilities Act* – ADA ofereceu instruções específicas de como as Instituições de Ensino Superior tornarem-se mais inclusivas (UNESCO, 2005).

O relatório da Unesco (2005) destaca que as organizações do terceiro setor – ONGs ocupam um papel importante na discussão e na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, tais como a AHEAD – *Association of Higher Education and Disability*, e a “Adiante!” – Associação acerca de Educação Superior e Deficiência. As ONG’s visam a inclusão real das pessoas com necessidades especiais em todas as áreas do ensino superior, e buscam desenvolver políticas e oferecer serviços de apoio de qualidade.

Várias universidades da Europa têm programas ou serviços de apoio aos estudantes com deficiências proporcionados pelo Programa *Unichance*, por iniciativa da *Horizon II* da União Européia. O *Unichance* visa garantir a igualdade de condições e a plena integração dos alunos universitários com algum tipo de deficiência na vida acadêmica universitária. Nessa perspectiva, o ADU – *Asesoramiento sobre Discapacidad y Universidad* foi criado. Pertencente ao *Instituto de Integración en la Comunidad* da Universidade de Salamanca, e constitui-se em um serviço para estudantes com deficiência, comunidade universitária, pesquisadores, voluntários, famílias e pessoas interessadas na temática (UNESCO, 2005).

Até o início da década de 1980, poucas pessoas com necessidades especiais tinham acesso à educação superior no Brasil, conseqüência direta do não-acesso desta população à educação básica e aos serviços de reabilitação. Com a instituição do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, e da Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência, entre 1983 e 1992, iniciou-se contenda sobre a exclusão social vivenciada por estas pessoas. Ocorreu, então, ampliação do número de acessos à educação superior, mas sem as adaptações necessárias, o que implicou a entrada restrita dos candidatos que não exigiam mudanças mais acentuadas nos processos seletivos. Havia ainda as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de aprendizagem que dificultavam a permanência com sucesso deste aluno na universidade (UNESCO, 2005).

A legislação brasileira tem alcançado avanços consideráveis e a inserção do aluno com deficiência está ocorrendo de uma forma gradativa. É preciso viabilizar o acesso e a permanência desses alunos no ensino superior, formar profissionais e proporcionar quebra das barreiras. As restrições de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação Superior estão associadas às condições sócio-econômicas e à própria história de exclusão peculiar à educação superior no país, com forte tendência a privatização e elitismo (UNESCO, 2005).

No relatório apresentado pela Unesco (2005) constam apenas dois relatos de experiência institucional de inclusão universitária: o da Universidade de Brasília e o da Universidade Estadual do Ceará. O grupo de pesquisa em Educação Especial da Universidade Estadual do Ceará – UECE se destaca por ser o primeiro projeto no Brasil que visa à inclusão no ensino superior. O grupo investigou a inclusão dos PNEs na UECE, desde seu ingresso até a sua graduação, proporcionando reflexão sobre o tema e ajudando a universidade na inclusão. A pesquisa visou criar políticas e programas dirigidas à inclusão das pessoas com necessidades especiais, incluindo serviços de apoio e acesso a tecnologias e recursos para facilitar a integração (UNESCO, 2005).

Apesar de existirem diversas produções científicas sobre a inclusão dos PNEs no ensino regular, estas dão ênfase ao ensino fundamental, o que torna mais distante a efetivação do processo de inclusão na educação superior (UNESCO, 2005). Um dos poucos estudos que estuda a inclusão na universidade sugere que a formação de professores seja um dos grandes desafios enfrentados hoje, devido à dificuldade de lidar com a diversidade e de identificar alternativas no atendimento de alunos com necessidades especiais (RAPOSO, 2006).

Por sua vez, Almeida (2004) afirma que ainda é muito baixo o número de disciplinas de educação especial oferecidos nos cursos de licenciatura no Brasil nos cursos que formam professores que trabalham com esse segmento. Embora tenham se passado mais de dez anos desde a publicação da portaria nº 1.793/94, poucas mudanças podem ser observadas nas grades curriculares das licenciaturas. As Diretrizes Curriculares deixam a critério das instituições de educação superior a decisão de incluir ou não disciplinas de educação especial nas grades de seus cursos para formação de professores.

A experiência de inclusão na UnB

Desde a década de 1980, a Universidade de Brasília - UnB busca oferecer soluções para as pessoas com necessidades especiais. Essa iniciativa resultou na criação do Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais da UnB – PPNE (UNESCO, 2005), em 22 de outubro de 1999. O Programa surgiu da reunião de grupos isolados preocupados com políticas de inclusão dos PNEs na UnB, antecipando a Portaria do MEC n. 1679 de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais. O seu objetivo é mediar o relacionamento entre a comunidade universitária com deficiência e a Universidade como um todo, proporcionando livre exercício de cidadania para alunos, professores e funcionários (www.unb.br/ppne). O diferencial do PPNE está em ser uma política social que garante o direito à cidadania, não sendo estritamente compensatória (SOUZA; SOARES; EVANGELISTA, 2003).

O PPNE possibilitou consolidar uma política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais e assegurar sua integração à vida acadêmica, desde o ingresso na Universidade, com especial atenção à perma-

nência em igualdade de condições, inclusive no acesso e no uso dos espaços e instalações da UnB. No dia em que estes alunos passam no vestibular, o programa entra em contato com o aluno por meio do registro da inscrição no qual consta se tem alguma necessidade especial, convida o aluno para uma entrevista, analisa a demanda e o aluno decide voluntariamente se quer ou não participar do programa. Além da preocupação com o acolhimento ao aluno, há preocupação quanto à formação de profissionais para atendimento das pessoas com deficiência visual, auditiva, física, e múltipla (UNESCO, 2005).

Portadores de qualquer tipo de deficiência, temporárias ou permanentes, são o público-alvo do programa. A equipe do PPNE entende que as necessidades especiais dessas pessoas não devem representar uma barreira para que tenham acesso à formação superior. Para isso, desenvolve uma política de convivência universitária, visando à integração e à formação de cidadãos plenos (<http://www.unb.br/ppne>). O pioneirismo da UnB se evidencia mais uma vez ao levar em conta outras categorias como a Dislexia e o Transtorno de Déficit de Atenção, que não são deficiências e não se incluem nas Portarias 1679/99 e 284703, mas foram contempladas por serem reconhecidas como Necessidades Educacionais Especiais (UNESCO, 2005).

O Programa funciona por meio da ação conjunta de nove Grupos de Trabalho (GT) com funções específicas: o G.T. CESPE é responsável pelo atendimento em Sala Especial no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Vestibulares e concursos promovidos pelo centro de seleção da UnB - CESPE; o G.T. DAC proporciona a socialização e política de integração com o Decanato de Assuntos Comunitários; G.T. DEG organiza o banco de dados acerca dos Portadores de Necessidades Especiais – PNEs na comunidade universitária identifica e encaminha as necessidades de adaptação curricular desses alunos; o G.T. Educação Especial proporciona suporte acadêmico e tecnológico para os PNEs; G.T. PNE - Universitário tem caráter reivindicatório e participativo e fazem a gestão nos projetos do Programa; G.T. PRC planeja e executa os projetos urbanos no âmbito do campus universitário; o G.T. ACS é responsável pela Divulgação do Programa nos meios de comunicação internos e externos à Universidade; o G.T. Tecnologia é responsável pelas plataformas para os edifícios mais antigos do *campus* e viabiliza transporte adaptado para pessoas da comunidade universitária com deficiência; e o G.T. Psicologia (<http://www.unb.br/ppne>).

O apoio ao ingresso de candidatos com necessidades especiais nos eventos de acesso, Programa de Avaliação Seriada - PAS e Vestibular se destacam como uma importante frente de trabalho do PPNE. Em 2004 foram atendidos 255 candidatos em Sala Especial, com aprovação de nove destes – 3,52% do total. Os procedimentos adotados nos processos seletivos pela UnB para pessoas com necessidades especiais: Sala Especial para Candidatos com Deficiência Motora, Sala Especial para candidatos com Deficiência Auditiva, Sala Especial para candidatos com Deficiência Visual (SOARES; RABELO, 2003).

O cadastramento no PPNE já auxilia o aluno, pois a partir daí, conversa-se com os professores, busca-se colocar as aulas em horário seguido em localidades próximas, é definido um monitor para repassar a matéria dada em sala para o aluno, entre outras ações. Essas iniciativas partem de sugestões que os alunos fazem ao PPNE, a partir das dificuldades que enfrentam diariamente na vida universitária, e pela busca de resolução desses problemas por parte do grupo de trabalho.

Normas internas foram aprovadas com o objetivo de garantir aos PNEs igualdade de condições para o desempenho acadêmico, com adaptação de recursos físicos e instrucionais, apoio de pessoal especializado, adaptação curricular, exercício domiciliar ou trancamento geral de matrícula justificado e ampliação do tempo de permanência na universidade (UNESCO, 2005).

O apoio à permanência conta com o suporte acadêmico e tecnológico, que é contemplado pelo Laboratório de Atendimento ao Deficiente Visual, localizado na Faculdade de Educação. O laboratório disponibiliza ferramentas como digitalização de textos, retirada da formatação dos programas de edição de texto e aplicação do sistema Braille, impressão de textos em Braille ou em tinta com ampliação e uso dos softwares DOS-VOX, Virtual vision, Jaws e Motrix (UNESCO, 2005).

Em 2004, foi criado um serviço de apoio aos PNEs, chamado de monitoria especial. Este serviço visa não apenas a dar apoio aos alunos com necessidades especiais, mas, principalmente, disseminar a instrumentalização e a cidadania entre a comunidade universitária. Este serviço se chama Tutoria Especial e que conta com 38 tutores cadastrados, sendo que apenas sete são remunerados, e os voluntários ganham dois créditos por semestre (UNESCO, 2005).

A eliminação de barreiras arquitetônicas no *campus* da UnB segue as Normas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Programa conta com uma arquiteta em sua equipe para execução dos projetos. Nos últimos cinco anos efetivou-se a colocação de vagas especiais e o rebaixamento de meio-fios nos estacionamento dos prédios; a adequação de mobiliário; rampas de acesso a diferentes níveis; adaptação de parte dos banheiros, adequação de entrada nos anfiteatros e construção e reforma de calçadas (UNESCO, 2005).

A Biblioteca Central da UnB tem um projeto de montagem de uma Audioteca para disponibilização de acervo digitalizado ou gravado em CD e fita K7. Sua adequação física contará com três cabines de gravação e audição. Como execução deste projeto, foram treinados 60 voluntários, internos e externos à Universidade, para a gravação em áudio dos livros.

Conclusão

A UnB ocupa um papel de destaque na inclusão de pessoas com necessidades especiais, cuja experiência pode servir de modelo de inclusão para outras universidades. A UnB se destaca entre as universidades federais ao respeitar e se adiantar às leis vigentes, buscando sempre a mudança de postura e conscientização da sociedade da sua capacidade de organização na luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Apesar de todas as frentes de trabalho e dos projetos de inclusão dos alunos com necessidades especiais, o PPNE considera que há muito a ser feito nesta área. Várias adequações tidas como prioritárias têm sido trabalhadas, dentro do recurso disponível pela Universidade, que é a principal dificuldade enfrentada. O programa está conseguindo mudar na Universidade a concepção da diversidade e de diferença (UNESCO, 2005).

Como muito pertinentemente salienta Almeida (2004):

“A universidade como instituição social, na qual as contradições estão presentes, interfere diretamente na sociedade. Os documentos que orientam a organização das universidades são elaborados por grupos que refletem nesses documentos as ideologias e teorias com as quais coadunam. Dessa forma, seja intencionalmente, ou não, os documentos institucionais refletem modos de pensar e de conceber a sociedade, a universidade.” (p. 4).

Referências

ALMEIDA, C. E. M. Universidade, educação especial e formação de professores. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt15/gt15770int.rtf>> Acesso em: 3 jan. 2009.

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de psicologia**, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.

KAFROUNI, R.; PAN, M. A. G. de S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Interação**, v. 5, p. 31-46, 2001.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais: deficiência física**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei, Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2002.

MIRANDA, J. R. A formação do professor e a educação especial. **Revista Educação Profissional: ciência e tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 39-54, 2006.

PPNE – **Programa de apoio aos portadores de necessidades especiais**. Disponível em: <www.unb.br/ppne>. Acesso em: 20 fev. 2006.

QUINTÃO, D. T. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.

RAPOSO, P. N. O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual. Tese (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. DA J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, UnB, v. 22, n. 1, p. 79-88, 2006.

SOUZA, A. M., SOARES, D. L.; EVANGELISTA, G. B. M. G. A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 105-126, 2003.

VALDÉS, M. T. M.; VITAL, I. L. V.; SANTOS, G. C. S.; BASTOS, M. G. A.; FERNANDES, M. L. C. N.; MAGALHÃES, R. C. B. P. A integração das pessoas com deficiência na educação superior no Brasil. 1. ed. Caracas: IESALC/UNESCO, 2005. v. 1, n. 1, p. 142.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras, diversidade e equidade 2003**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

Correspondência

Juliana Cal Auad – HIGS 706 Bl. C cs. 03, Asa Sul, Cep: 70350-753, Brasília (DF).
E-mail: julianaauad@yahoo.com.br

Recebido em 9 de junho de 2008
Aprovado em 8 de setembro de 2008

